

legais que lhe forem aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade dos infractores.

4 — A área do direito à não caça é obrigatoriamente sinalizada com tabuletas do modelo n.º 8 e sinal do modelo n.º 9, definidos na Portaria n.º 1103/2000, de 23 de Novembro.

5 — A eficácia da atribuição do direito à não caça está dependente de prévia sinalização, de acordo com as condições definidas na citada portaria.

6 — O reconhecimento do direito à não caça é feito pelo prazo de 12 anos.

26 de Julho de 2010. — O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *Rui Pedro de Sousa Barreiro*.

203595237

Despacho n.º 13616/2010

Nos termos do disposto na alínea e) do artigo 3.º da Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro, e dos artigos 57.º a 62.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, e com a alteração do Decreto-Lei n.º 9/2009, de 9 de Janeiro, e ainda no uso das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 78/2010, de 5 de Janeiro, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, determino:

1 — Fica sujeito ao direito à não caça a parte rústica do prédio misto n.º 13 480, sito em Pousios, freguesia de Santana da Serra, concelho de Ourique, inscrito sob o artigo 34 da secção Z, com a correspondente área de 9,0506 ha.

2 — É reconhecido o direito à não caça a Manuel dos Santos Martins, com o número de identificação fiscal 112061182, residente em Portela dos Pousios, 7670-613 Santana da Serra.

3 — Manuel dos Santos Martins, enquanto titular do direito à não caça na área supra citada, fica obrigado a cumprir e fazer cumprir todas as disposições legais que lhe forem aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade dos infractores.

4 — A área do direito à não caça é obrigatoriamente sinalizada com tabuletas do modelo n.º 8 e sinal do modelo n.º 9, definidos na Portaria n.º 1103/2000, de 23 de Novembro.

5 — A eficácia da atribuição do direito à não caça está dependente de prévia sinalização, de acordo com as condições definidas na citada portaria.

6 — O reconhecimento do direito à não caça é feito pelo prazo de seis anos.

26 de Julho de 2010. — O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *Rui Pedro de Sousa Barreiro*.

203595115

Despacho n.º 13617/2010

Nos termos do disposto na alínea e) do artigo 3.º da Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro, e dos artigos 57.º a 62.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro, e com a alteração do Decreto-Lei n.º 9/2009, de 9 de Janeiro, e ainda no uso das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 78/2010, de 5 de Janeiro, do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, determino:

1 — Fica sujeito ao direito à não caça a parte rústica do prédio misto, denominado Gravação, sito na freguesia de Reguengo, concelho de Portalegre, descrito na Conservatória do Registo Predial de Portalegre, sob o n.º 107/19880301 e inscrito, sob a matriz n.º 170, secção A, com a área correspondente área de 4,8900 ha.

2 — É reconhecido o direito à não caça a Maria Luciana Lopes Tomé, com o número de identificação fiscal 128498420, residente no Largo de Castro Osório, lote 3, 1.º, esquerdo, 2760-007 Caxias.

3 — Maria Luciana Lopes Tomé, enquanto titular da supracitada área do direito à não caça, fica obrigada a cumprir e fazer cumprir todas as disposições legais que lhe forem aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade dos infractores.

4 — A área do direito à não caça é obrigatoriamente sinalizada com tabuletas do modelo n.º 8 e sinal do modelo n.º 9, definidos na Portaria n.º 1103/2000, de 23 de Novembro.

5 — A eficácia da atribuição do direito à não caça está dependente de prévia sinalização, de acordo com as condições definidas na citada portaria.

6 — O reconhecimento do direito à não caça é feito pelo prazo de 12 anos.

3 de Agosto de 2010. — O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *Rui Pedro de Sousa Barreiro*.

203595245

Autoridade Florestal Nacional

Declaração de rectificação n.º 1712/2010

Tendo sido publicado com inexactidão o aviso para composição do júri para procedimento concursal, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 28 de Julho de 2010, sob o aviso n.º 14898/2010, rectificase que onde se lê:

«Presidente:

Lic.ª Laurinda Rodrigues Ferreira, Directora da Divisão de Gestão de Recursos Patrimoniais e Financeiros, da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública»

deve ler-se:

«Presidente — licenciada Laurinda Rodrigues Ferreira, directora de serviços de Gestão de Recursos, da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.»

16 de Agosto de 2010. — O Presidente, *Amândio José de Oliveira Torres*.

203616045

Autoridade de Gestão do PRODER

Declaração de rectificação n.º 1713/2010

No n.º 4 do aviso n.º 16373-A/2010, publicado em suplemento em 17 de Agosto de 2010, na ref. 3/Com-Div, rectificase que onde se lê:

«a) 1 (um) Posto de trabalho com licenciatura em Ciências da Comunicação e especialização em Jornalismo, certificado de Aptidão Profissional (CAP) actualizado na área funcional de gestão da comunicação;

b) 1 (um) Posto de trabalho com licenciatura em Engenharia Agrónoma ou Biotecnologia e Certificado de Aptidão Profissional (CAP) actualizado, na área funcional de coordenação do Contact Center.»

deve ler-se:

«a) Um posto de trabalho para candidato com licenciatura em Engenharia Agrónoma ou Biotecnologia e certificado de aptidão profissional (CAP) actualizado na área funcional de coordenação de *contact centre*;

b) Um posto de trabalho para candidato com licenciatura em Ciências da Comunicação e especialização em Jornalismo e certificado de aptidão profissional (CAP) actualizado na área funcional de gestão da comunicação.»

19 de Agosto de 2010. — A Gestora, *Gabriela Ventura*.

203616094

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Aviso n.º 16875/2010

Procedimento concursal comum para preenchimento de seis postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico (Referência 1 — 3 postos de trabalho), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P./Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte/Núcleo de Condutores e Núcleo de Veículos.

De harmonia com o estipulado no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e após homologação, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum, aberto pelo Aviso n.º 7152/2010, — Referência 1, publicado no DR n.º 69, 2.ª série, de 09 de Abril de 2010.

Lista unitária de ordenação final dos candidatos

Aprovados	Classificação final
1.º — Maria José Pereira Coutinho Ribeiro Gomes.	19,58 Valores
2.º — Maria Luísa Reis Almeida Figueiredo.	19,30 Valores
3.º — Maria Dulce Pereira Dias Melo.	18,38 Valores

Aprovados	Classificação final
4.º — Isabel Maria Martins Carneiro Brito Teixeira Gonçalves.	17,40 Valores
5.º — José Paulo Soares Jorge.	16,14 Valores
6.º — Ana Cristina da Silva Martins Queirós Sousa	15,86 Valores
7.º — Maria Cristina Castro de Carvalho	14,94 Valores

12 de Agosto de 2010. — O Vogal, *Jorge Batista e Silva*, presidente do IMTT, I. P., nos termos do artigo 15.º do CPA.

203617406

Aviso n.º 16876/2010

Procedimento concursal comum para preenchimento de seis postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico (Referência 3 — 1 posto de trabalho), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado — Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P./Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte/Delegação Distrital de Vila Real.

De harmonia com o estipulado no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e após homologação, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum, aberto pelo Aviso n.º 7152/2010, — Referência 3, publicado no *Diário da República*, n.º 69, 2.ª série, de 09 de Abril de 2010.

Lista unitária de ordenação final dos candidatos

Aprovados	Classificação final — Valores
1.º Alda Antonieta Ferraz Amaro Gomes dos Santos . . .	17,520
2.º Carlos Alberto de Jesus Fernandes	15,720
3.º Carlos Tomás Brás	13,660

12 de Agosto de 2010. — O Vogal, *Jorge Batista e Silva*, presidente do IMTT, I. P., nos termos do artigo 15.º do CPA.

203617463

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.

Aviso (extracto) n.º 16877/2010**Notificação da acusação**

Para os devidos efeitos se torna público nos termos do n.º 2 do artigo 49.º da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, que se encontra pendente contra o arguido Hélio João Correia Lopes procedimento disciplinar comum.

Notifica-se o arguido para apresentar a sua defesa no prazo de 30 dias, contados a partir da data da publicação do presente aviso.

Lisboa, em 19 de Agosto de 2010. — O Chefe da Divisão de Gestão de Pessoal, *Daniel Martins*.

203617122

**MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**

Gabinete da Ministra

Declaração de rectificação n.º 1714/2010

Por ter sido publicado com inexactidões, procede-se à rectificação do texto do despacho n.º 12364/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, de 30 de Julho de 2010, a pp. 40 921 e 40 922, que procedeu à nomeação dos novos titulares dos cargos de secretário técnico do Programa Operacional Potencial Humano (POPH). Nesta conformidade, no corpo da alínea f) do n.º 1 do referido despacho n.º 12364/2010, de 30 de Julho, onde se lê:

«f) Olga Maria Dias Pereira Lopes, responsável pela Assessoria de Sistemas de Informação, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010;»

deve ler-se:

«f) Olga Margarida Dias Pereira Lopes, responsável pela Assessoria de Sistemas de Informação, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010;».

19 de Agosto de 2010. — A Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, *Maria Helena dos Santos André*.

203617414

Autoridade para as Condições de Trabalho**Aviso (extracto) n.º 16878/2010**

Procedimento concursal comum para o recrutamento de 25 postos de trabalho, da carreira/categoria de técnico superior, constantes do mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho, na modalidade de contrato em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por Despacho n.º 20793/2009, de 8 de Setembro de 2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 16 de Setembro de 2009.

1 — Informam-se os candidatos admitidos que a prova de conhecimentos realizar-se-á no dia 4 de Setembro de 2010, pelas 14.30 horas (os candidatos deverão comparecer 30 minutos antes), nas instalações do ISCTE — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, sita na Av. das Forças Armadas, em Lisboa.

2 — As listas definitivas dos candidatos admitidos e excluídos, agora aqui publicitadas, serão também afixadas, no dia 27 de Agosto de 2010, nas instalações dos Serviços Centrais da ACT, sitas na Praça de Alvalade, n.º 1 em Lisboa, e disponibilizadas na página electrónica da ACT-www.act.gov.pt

3 — Instruções a observar na realização da prova de conhecimentos:

a) No dia da realização da prova, os candidatos deverão fazer-se acompanhar do Bilhete de Identidade, Cartão de Cidadão ou outro documento de identificação, com fotografia e que não deixe dúvidas sobre a identidade da pessoa que realiza a prova, sob pena de não a poderem realizar;

b) Na prova escrita de conhecimentos, apenas poderá ser consultada legislação, ainda que anotada.

17-08-2010. — O Subinspector-Geral da ACT, *José António de Oliveira Tavares*.

203617155

MINISTÉRIO DA SAÚDE**INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.****Despacho (extracto) n.º 13618/2010**

Por despacho de 1 de Julho de 2010 do Conselho Directivo da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.:

Maria Margarida de Lemos de Menezes Ferreira — autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a categoria de Investigador Principal, da carreira de Investigação Científica, do INFARMED, I. P., com efeitos a partir da data do referido despacho, na sequência do concurso externo para recrutamento de um investigador principal na área científica de Ciências da Saúde, nos termos previstos no artigo 11.º, n.º 1, alínea a, do Estatuto da Carreira de Investigação Científica (Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril), sendo remunerada pelo escalão 3, índice 250 da tabela remuneratória aplicável ao pessoal da investigação científica.

Não carece de Visto do Tribunal de Contas.

1 de Julho de 2010. — O Presidente do Conselho Directivo, *Jorge Torgal*. — O Vice-Presidente, *Helder Mota Filipe*. — O Vice-Presidente, *Miguel Vigeant Gomes*. — A Vogal, *Cristina Furtado*. — O Vogal, *António Neves*.

203614199

Despacho (extracto) n.º 13619/2010

O Conselho Directivo do INFARMED, I. P., na sessão de 23 de Junho de 2010 deliberou fazer cessar o contrato de trabalho em funções públicas, celebrado no dia 21 de Janeiro de 2002, com o técnico superior, Paulo Fernando Faria Alves de Oliveira, com dispensa da observância do dever de aviso previsto no artigo 286.º e seguintes da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.